

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

TCE retira inelegibilidade de gestores punidos com multa

.....

Agência Cora de Notícias

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

.....

Atricon

Conselheiro Edson Ferrari comenta impacto das desigualdades na infância do semiárido

.....

Cândido Nóbrega

TCE-PB formaliza Pacto pela Primeira Infância com prefeitos e signatários em ato solene no Pedra do Reino

.....

Claudemir Brito

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

.....

Jornal do Vale

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

.....

Conexão Jornalismo

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas - OJORNALISMO

.....

TCE retira inelegibilidade de gestores punidos com multa

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) enviou projeto de lei à Assembléia legislativa de Goiás (Alego) para flexibilizar a punição a agentes públicos condenados por irregularidades em prestações de contas. A proposta realiza adequação da Lei Orgânica do órgão à regra nacional definida pela Lei Complementar 184, de 2021, que retirou a inelegibilidade nos casos em que a rejeição das contas tem apenas a multa como penalidade.

A mudança, quase quatro anos depois da atualização da legislação federal, ocorre mais de seis meses após a aprovação de resolução pelo próprio TCE. Segundo o texto em vigor, o órgão tem o dever de enviar ao Ministério Público Eleitoral (MPE) o nome dos responsáveis com contas julgadas irregulares nos cinco anos anteriores à realização de eleições gerais ou municipais. A única exceção à aplicação da inelegibilidade se refere aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo

Pelo novo projeto, o TCE deverá excluir da lista de inelegíveis autoridades responsáveis por contas julgadas irregulares, mas em processos que não resultem na "imputação de débito". Na prática, o novo critério atende aos casos em que a reprovação se dá por erro técnico ou de procedimento, sem prejuízo direto ao patrimônio público ou ação por improbidade administrativa, que já passou por flexibilização em alteração na legislação federal, em 2022.

Na exposição de motivos, o presidente do Tribunal, conselheiro Helder Valin apresentou apenas a mudança na Lei Complementar 64/1990, efetivada em 2021, como justificativa para a alteração. Segundo ele, a regra "dispõe acerca da não aplicação da inelegibilidade aos responsáveis q ue ten ham tido suas contas julgadas irregulares sem imputação de débito e sancionados exclusivamente com o pagamento de multa".

O projeto foi apresentado no dia 22 de abril, mas não teve tramitação iniciada, já que os deputados não realizaram reunião da Comissão Mista, para onde a matéria foi encaminhada. O texto ainda aguarda distribuição e definição do relator, antes de entrar em votação no colegiado. Depois, são necessárias duas apreciações em plenário.

A mudança tem impacto direto sobre gestores e agentes políticos ligados ao governo estadual, que têm contas julgadas pelo TCE e, na prática, a flexibilização é bem recebida pelos deputados da base aliada ao governador Ronaldo Caiado (UB).

PREFEITURAS

Os parlamentares, no entanto, utilizam a matéria encaminhada pelo TCE para reforçaras cobranças sobre o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), que mantém a aplicação da regra anterior e não esboça iniciativa de encaminhar projeto

semelhante para atualizar o próprio regulamento. Nos bastidores, a resistência gera nova insatisfação dos deputados, que criticam o que chamam de "postura puni ti vista".

A lista de inelegíveis a partir do julgamento de contas pelo TCM afeta diretamente a sequência de projetos políticos de prefeitos e ex-prefeitos, que representam parte importante das bases eleitorais dos deputados estaduais. "O TCE está fazendo essa adequação, mas e o TCM? Continua com essa punição exagerada, que nem tem respaldo da legislação federal", afirma um dos parlamentares ouvidos pela reportagem.

O TCM foi procurado, mas não respondeu sobre a possibilidade de enviar projeto semelhante ao do TCE.

As críticas relacionadas à punição de gestores municipais, no entanto, integram contexto mais amplo de ataques dos deputados ao Tribunal de Contas dos Municípios. Como antecipado pelo POPULAR, um grupo majoritário de parlamentares voltou a defender a extinção do órgão em meio a pressões para que dois conselheiros se aposentem para abrir espaços para os próprios deputados.

A Alego iniciou a tramitação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reservar a deputados ou ex-deputados as quatro vagas a que a Casa tem direito, tanto no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), quanto no Tribunal de Contas do Estado (TCE). A matéria pretende acabar com a possibilidade de o legislativo indicar qualquer pessoa que cumpra os critérios técnicos exigidos e restringí r as vagas aos políticos.

Como antecipado pelo Giro ainda em dezembro de 2024, os deputados estaduaisTalles Barreto e Virmondes Cruvinel, ambos do União Brasil (UB), caminham para ocupar, até o fim de 2025, duas vagas noTCM. A articulação, iniciada ainda ao fim das eleições de 2022, teve avanço por ação do presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB).

APOSENTADORIAS

A expectativa era de que Talles substituísse o ex-deputado estadual Valcenor Braz logo no início do ano. até abril. A aposentadoria seria viabilizada por uma alteração no Regime de Previdência Social do Estado, por meio de projeto de lei complementar a ser enviado pelo próprio TCM, já que Valcenor ainda não cumpre os requisitos atuais para receber a aposentadoria integral.

Já Virmondes seria indicado para a vaga do atual presidente, Joaquim de Castro, no fim do ano. Os dois governistas já são chamados de "conselheiros" pelos colegas, que chegam a tratar sobre quem poderia assumir a liderança do governo na Casa, atualmente ocupada por Talles.

Como as aposentadorias ainda não contam com uma sinalização positiva pelos atuais conselheiros, foi feita a retomada da ameaça de extinção da corte de contas, com críticas à rotina de punição de prefeitos, presidentes de Câmaras e ex-gestores municipais.

A última pressão por vagas, com ameaça de extinção, ocorreu em março de 2021, quando o então deputado Henrique Arantes apresentou PEC para acabar com o TCM, em meio às cobranças pela aposentadoria do ex-conselheiro Nilo Resende, com acordo para indicação do ex-deputado Humberto Ai-dar. Depois do embate, a PEC íbi arquivada, Nilo cedeu, se aposentou em maio de 2021 e Ai-dar assumiu em março de 2022.

POLÍTICA

ELIANE CANTANHÊDE



Jornalista

Corrupção, o novo velho problema

O Congresso está parado, só discute anistia para o 8/1, enquanto a palavra "corrupção" anda a mil por hora e invade manchetes da mídia e a pauta da sociedade. Esta semana, que no setor público só tem três dias, já começou com o plenário do Supremo convalidando a prisão do ex-presidente Collor, o governo sob pressão para demitir o ministro da Previdência, Carlos Lupi, e dois escândalos "novos" que, de novos, não têm nada.

Collor caiu em 1992 e só agora, 33 anos depois, foi preso, por uma acusação nada a ver com o mandato de presidente, mas com o de senador, quando foi pego com a mão na botija na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, dez longos anos atrás. A Justiça tardou e prendeu Collor aos 75 anos, com Parkinson e deficiência cardíaca, trunfos da defesa.

Lupi também não é estreante, foi demitido do Ministério do Trabalho por Dilma Rousseff por denúncias, há 14 anos. Agora, ao dar entrevistas sobre o roubo de pensões e aposentadorias no INSS, ele admitiu "falcatruas", que "tem gente safada" e que "sabia do que estava acontecendo", mas tentou defender-se alegando que "nos governos, tudo é demorado". E tascou: "Tento resolver, mas não sou Deus".

Tudo verdade. Desde 2023, Lupi e a cúpula do INSS recebem uma avalanche de alertas de TCU, CGU, MP, Imprensa e milhares de vítimas de débitos não autorizados. Nenhum ministro é Deus, mas lavar as mãos feito Pilatos? O destino de Lupi depende de um cálculo político do presidente Lula: perder popularidade, mantendo Lupi, ou apoio parlamentar, despachando-o para casa e atraindo a ira do PDT.

E temos a manchete do *Estadão* mostrando que "Lula turbina salários de 323 aliados em cargos de conselhos", indicando ministros, assessores, diretores e apadrinhados do Congresso como conselheiros de estatais ou empresas privadas que tenham a União como acionista.

Esse "jeitinho brasileiro" de aumentar salários é mais velho que minha avó, sob o argumento de atrair bons quadros que ganham muito bem na iniciativa privada e não trocariam uma dúzia por seis. Mas 323? Com salários até R$ 80 mil? A oposição no Congresso e nas redes faz a festa.

E a PF investiga R$ 48,7 milhões para a compra - sem licitação, devido à urgência - de respiradores que nunca chegaram a hospitais e pacientes na pandemia. Três problemas: o Consórcio Nordeste, região mais petista do País; era presidido pelo então governador da Bahia, Rui Costa, hoje chefe da Casa Civil; e a história foi excluída da pauta da CPI da Covid por aliados do PT Logo, é mais uma bomba no colo de Lula.

A jornalista Eliane Cantanhêde escreve neste espaço às terças e sextas-feiras

TCE retira inelegibilidade de gestores punidos com multa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Projeto enviado à Casa adequa estado à legislação federal, flexibilizando punições; deputados cobram mesma medida pelo TCM

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

Wesley Costa



Presidente do TCE, Helder Valin: envio da proposta após seis meses

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) para flexibilizar a punição a agentes públicos condenados por irregularidades em prestações de contas. A proposta realiza adequação da Lei Orgânica do órgão à regra nacional definida pela Lei Complementar 184, de 2021, que retirou a inelegibilidade nos casos em que a rejeição das contas tem apenas a multa como penalidade.

A mudança, quase quatro anos depois da atualização da legislação federal, ocorre mais de seis meses após a aprovação de resolução pelo próprio TCE. Segundo o texto em vigor, o órgão tem o dever de enviar ao Ministério Público Eleitoral (MPE) o nome dos responsáveis com contas julgadas irregulares nos cinco anos anteriores à realização de eleições gerais ou municipais. A única exceção à aplicação da inelegibilidade se refere aos processos em que houver recurso com efeito suspensivo

Pelo novo projeto, o TCE deverá excluir da lista de inelegíveis autoridades responsáveis por contas julgadas irregulares, mas em processos que não resultem na "imputação de débito". Na prática, o novo critério atende aos casos em que a reprovação se dá por erro técnico ou de procedimento, sem prejuízo direto ao patrimônio público ou ação por improbidade administrativa, que já passou por flexibilização em alteração na legislação federal, em 2022.

Na exposição de motivos, o presidente do Tribunal, conselheiro Helder Valin apresentou apenas a mudança na Lei Complementar 64/1990, efetivada em 2021, como justificativa para a alteração. Segundo ele, a regra "dispõe acerca da não aplicação da inelegibilidade aos responsáveis que tenham tido suas contas julgadas irregulares sem imputação de débito e sancionados exclusivamente com o pagamento de multa".

O projeto foi apresentado no dia 22 de abril, mas não teve tramitação iniciada, já que os deputados não realizaram reunião da Comissão Mista, para onde a matéria foi encaminhada. O texto ainda aguarda distribuição e definição do relator, antes de entrar em votação no colegiado. Depois, são necessárias duas apreciações em plenário.

A mudança tem impacto direto sobre gestores e agentes políticos ligados ao governo estadual, que têm contas julgadas pelo TCE e, na prática, a flexibilização é bem recebida pelos deputados da base aliada ao governador Ronaldo Caiado (UB).

PREFEITURAS

Os parlamentares, no entanto, utilizam a matéria encaminhada pelo TCE para reforçar as cobranças sobre o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), que mantém a aplicação da regra anterior e não esboça iniciativa de encaminhar projeto semelhante para atualizar o próprio regulamento. Nos bastidores, a resistência gera nova insatisfação dos deputados, que criticam o que chamam de "postura punitivista".

A lista de inelegíveis a partir do julgamento de contas pelo TCM afeta diretamente a sequência de projetos políticos de prefeitos e ex-prefeitos, que representam parte importante das bases eleitorais dos deputados estaduais. "O TCE está fazendo essa adequação, mas e o TCM? Continua com essa punição exagerada, que nem tem respaldo da legislação federal", afirma um dos parlamentares ouvidos pela reportagem.

O TCM foi procurado, mas não respondeu sobre a possibilidade de enviar projeto semelhante ao do TCE.

As críticas relacionadas à punição de gestores municipais, no entanto, integram contexto mais amplo de ataques dos deputados ao Tribunal de Contas dos Municípios. Como antecipado pelo POPULAR, um grupo majoritário de parlamentares voltou a defender a extinção do órgão em meio a pressões para que dois conselheiros se aposentem para abrir espaços para os próprios deputados.

A Alego iniciou a tramitação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reservar a deputados ou ex-deputados as quatro vagas a que a Casa tem direito, tanto no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), quanto no Tribunal de Contas do Estado (TCE). A matéria pretende acabar com a possibilidade de o Legislativo indicar qualquer pessoa que cumpra os critérios técnicos exigidos e restringir as vagas aos políticos.

Como antecipado pelo *Giro* ainda em dezembro de 2024, os deputados estaduais Talles Barreto e Virmondes Cruvinel, ambos do União Brasil (UB), caminham para ocupar, até o fim de 2025, duas vagas no TCM. A articulação, iniciada ainda ao fim das eleições de 2022, teve avanço por ação do presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB).

APOSENTADORIAS

A expectativa era de que Talles substituísse o ex-deputado estadual Valcenor Braz logo no início do ano, até abril. A aposentadoria seria viabilizada por uma alteração no Regime de Previdência Social do Estado, por meio de projeto de lei complementar a ser enviado pelo próprio TCM, já que Valcenor ainda não cumpre os requisitos atuais para receber a aposentadoria integral.

Já Virmondes seria indicado para a vaga do atual presidente, Joaquim de Castro, no fim do ano. Os dois governistas já são chamados de "conselheiros" pelos colegas, que chegam a tratar sobre quem poderia assumir a liderança do governo na Casa, atualmente ocupada por Talles.

Como as aposentadorias ainda não contam com uma sinalização positiva pelos atuais conselheiros, foi feita a retomada da ameaça de extinção da corte de contas, com críticas à rotina de punição de prefeitos, presidentes de Câmaras e ex-gestores municipais.

A última pressão por vagas, com ameaça de extinção, ocorreu em março de 2021, quando o então deputado Henrique Arantes apresentou PEC para acabar com o TCM, em meio às cobranças pela aposentadoria do ex-conselheiro Nilo Resende, com acordo para indicação do ex-deputado Humberto Aidar. Depois do embate, a PEC foi arquivada, Nilo cedeu, se aposentou em maio de 2021 e Aidar assumiu em março de 2022.

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a assistente virtual do IPVA, Alice, da Secretaria da Economia, já auxiliou mais de 12 mil pessoas e respondeu cerca de 86 mil dúvidas sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. O atendimento é feito via WhatsApp, pelo número (62) 99427-9777.

Diariamente, a assistente virtual Alice realiza, em média, 21 novos atendimentos e envia cerca de 149 respostas aos contribuintes.

"A ferramenta está disponível a qualquer hora, diretamente pelo celular, de forma rápida e ininterrupta. É mais uma forma de facilitar o acesso do contribuinte a informações e esclarecimentos sobre o IPVA", destaca o gerente do IPVA da Secretaria da Economia, Jorge Arêas.

Com uso de inteligência artificial, o chatbot interage a partir do contato do contribuinte que passa a ser guiado por um menu com diversas opções de atendimento. Depois, é só selecionar a opção desejada e seguir as instruções.

Dessa forma, o cidadão pode obter diversas informações, como orientações sobre como pagar o IPVA, em dia ou atrasado; compra e venda do veículo; benefícios fiscais; não incidência do IPVA; desconto da Nota Fiscal Goiana; processos; entre outros serviços.

Saiba mais

Goiás avança no Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos

Morador de Anápolis ganha R$ 50 mil no sorteio da Nota Goiana

Economia apresenta Balanço Geral ao TCE-GO

Conselheiro Edson Ferrari comenta impacto das desigualdades na infância do semiárido

Durante o lancamento do Pacto Paraibano pela Primeira Infancia, realizado nesta segunda-feira (28), o representante institucional da Associacao dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) nos assuntos da Primeira Infancia, conselheiro Edson Ferrari, chamou atencao para os 30 milhoes de brasileiros que moram nos 1.477 municipios que compoem o semiarido, onde milhares sao vitimados pela diarreia antes de completar dois anos de idade.

Ferrari, que preside o Comite Tecnico da Primeira Infancia do Instituto Rui Barbosa (CTPI-IRB), alertou para o agravamento das desigualdades sociais e economicas citando o sociologo Domenico de Masi, que estuda o paradoxo de um mundo cada vez mais rico e mais desigual. "Em 2022 ele esteve em nosso pais para lancar seu mais recente livro e criticou o fato de que apenas oito pessoas mais ricas tem a mesma riqueza de mais da metade de toda a humanidade. E vaticinou que estamos na presenca de uma diferenca jamais vista", apontou.

O descompasso entre a economia e os indicadores sociais foram abordados na exposicao: "Se levarmos em conta o Produto Interno Bruto, o Brasil e a oitava economia do mundo, entretanto amarga a posicao de numero 89 quando se mede o Indice de Desenvolvimento Humano. Paradoxalmente, somos um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, enquanto cerca de dois milhoes e 300 mil criancas brasileiras passam fome, submetidas a desnutricao que vai de leve, moderada e aguda, causadora de estresse toxico, raquitismo, doencas graves e de mortes".

Referiu-se tambem a artigo da jornalista Andreia Peres, publicado pela revista Veja, sob o titulo "Desigualdades na primeira infancia sao altas e persistentes no pais." Dentre as varias evidencias que a autora extraiu do segundo Livro da Primeira Infancia, pincou da apresentacao escrita pelo conselheiro goiano a seguinte frase: "A desigualdade nao acontece por acaso, mas e um objetivo intencional. E o resultado de uma politica economica que tem por base o egoismo, a competicao como metodo e a infelicidade como proposito."

PACTO PARAIBANO

Depois de discorrer sobre o trabalho que os tribunais de contas vem fazendo para sensibilizar a consciencia nacional para a gravidade da situacao que a primeira infancia se encontra, Ferrari parabenizou o Tribunal de Contas do Estado da Paraiba (TCE-PB), prefeitos e dirigentes das demais entidades publicas e da sociedade civil pela edicao do Pacto Paraibano pela Primeira Infancia. "Antes mesmo de ser eleito presidente do TCE-PB, o conselheiro Fabio Nogueira ja se preocupava com a tematica da primeira infancia e ja conversavamos sobre a necessidade de realizarmos um diagnostico detalhado do semiarido, que abrange partes da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraiba, Rio Grande

do Norte, Ceara, Piaui e Maranhao", complementou.

Apos classificar como inaceitaveis as taxas de mortalidade materna, mortalidade infantil e mortalidade na infancia, o conselheiro afirmou que elas decorrem das condicoes de vida das familias em situacao de pobreza ou de extrema pobreza, agravadas pela insuficiencia e baixa qualidade dos servicos de saude oferecidos, comecando pelas consultas as gestantes, indo ate o parto e os cuidados aos bebes, vacinacao e alimentacao adequada.

Foto: TCE-PB

Fonte: TCE-GO

TCE-PB formaliza Pacto pela Primeira Infância com prefeitos e signatários em ato solene no Pedra do Reino

O Tribunal de Contas do Estado formalizou, nesta segunda-feira (28), o Pacto Paraibano pela Primeira Infância, reunindo, em concorrido evento no Teatro Pedra do Reino no Centro de Convenções de João Pessoa, centenas de pessoas, mais 23 signatários, representantes dos poderes, órgãos públicos federais e estaduais, prefeituras e segmentos representativos da sociedade, numa solenidade que contou com a presença de autoridades federais e do Estado, entre elas o governador João Azevêdo Lins, o desembargador Frederico Coutinho - presidente do TJPB e o presidente da Assembleia Legislativa, Adriano Galdino.

O presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Fábio Nogueira, abriu a solenidade, registrando seu agradecimento aos signatários e a todos os parceiros, reiterando o compromisso de sua gestão com a Primeira Infância, sonho que começa a se consolidar com essa iniciativa indutora de políticas públicas destinadas ao bem-estar físico, emocional e educacional das crianças de zero a seis anos de idade, numa fase da vida na qual são estabelecidas suas conexões cerebrais. "Cuidar das crianças é cuidar do coração da humanidade", disse o conselheiro ao lembrar o pensamento do Papa Francisco.

Fábio Nogueira pontuou que é preciso se estabelecer um esforço coletivo para cuidar das crianças e fazer pulsar o coração da humanidade, cujo os batimentos indicam grande fragilidade. Esse é o propósito precípuo do Pacto, disse ele, ao acrescentar que "Cuidar da Primeira Infância com políticas públicas e cuidados efetivos". Enfatizou ainda, que o desenvolvimento integral das crianças depende de outros aspectos, além do quesito nutricional, quais sejam, saúde, educação, segurança, estímulos e vínculos afetivos. "São demandas que refletem desafios e estruturas que exigem atenção integrada".

O ministro Wellingon Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil - que seria um dos palestrantes na abertura do evento - não pôde comparecer, e justificou problemas de saúde, mas gravou uma mensagem de apoio à iniciativa do TCE. Ele enfatizou que o pacto contribui com as ações do Governo Federal. Também convidado, o Ministério da Educação esteve representado pelo diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, Alexsando do Nascimento Santos, que representou o ministro Camilo Santana. "O tempo da criança é hoje, porque amanhã pode ser tarde demais", disse ele se colocando à disposição do TCE para fortalecer o Pacto.

- Essa é uma de suas ações mais importantes que o TCE puxou para si em toda sua história - discorreu o governador João Azevêdo Lins, ao discursar sobre a iniciativa da Corte de Contas. "Fez despertar a importância do tema em cada município". Frisou. Na oportunidade, o Executivo elencou iniciativas do Estado no quesito primeira infância, anunciando a adesão do Governo ao Pacto Pela Primeira Infância. "Vamos juntos todos unidos para que essa política seja

transformadora na vida das nossas crianças e dos nossos jovens".

Monte Horebe - O evento começou com a apresentação do Grupo Musical "Acordes do Monte", formado por jovens da cidade de Monte Horebe. Com a formação da Mesa, os participantes, em ato solene, ouviram e cantaram o Hino Nacional. Em seguida, após a fala do presidente, conselheiro Fábio Nogueira, usou a tribuna o presidente da Federação dos Municípios da Paraíba - Famup, George Coelho. "Esse é um momento importante patrocinado pelo TCE. E nós como parceiros nesse projeto trabalharemos para que o pacto traga os resultados esperados", disse ao saudar a iniciativa do Tribunal de Contas.

A representante da Unicef - ONU - região Paraíba - Rio Grande do Norte e Alagoas, Imaculada Pietro, elogiou o pacto proposto pela Corte de Contas e enfatizou a satisfação de assumir esse compromisso. "Estamos no lugar certo, na hora certa e com as pessoas certas", disse ela, assegurando a parceria firmada, sempre buscando a melhoria no uso do dinheiro público em benefício das crianças. Na ocasião, ela lançou o selo Unicef, na mesma linha do trabalho em prol da Primeira Infância.

Atricon - O conselheiro Edilson de Sousa Silva, presidente da Atricon - Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, que prestigiou o evento, falou de sua alegria em participar da assinatura do pacto, que inicia uma nova realidade, com o apoio da classe política, em busca de melhorias para as crianças que serão os cidadãos do futuro. Para ele, a primeira infância é a base que se edifica toda a trajetória de uma pessoa. "Investir na criança é investir na construção de uma sociedade mais inclusiva, solidária e próspera", disse. O conselheiro manifestou irrestrito apoio ao pacto, como representante de todos os membros dos tribunais de contas do país.

O deputado Adriano Galdino, presidente da Assembleia Legislativa também usou da palavra e manifestou o apoio dos parlamentares à realização do Pacto pela Primeira Infância. "Esse é um momento especial. Vamos nos unir e contribuir com o melhor, porque as crianças merecem o nosso esforço para que elas possam ter um mundo melhor e mais justo para todos". O deputado ainda conclamou os prefeitos para contribuir com o êxito do pacto, observando que tudo acontece no âmbito dos municípios.

Assinatura - O ato de do Pacto Paraibano pela Primeira Infância ocorreu no final da manhã, momento em que os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministérios Público e do Trabalho, Ordem dos Advogados, meios acadêmicos, setores da indústria e do comércio e segmentos organizados da sociedade assinaram o protocolo oficial. Durante o evento foi apresentado o site da Primeira Infância (https://tce.pb.gov.br/portalprimeirainfancia/), um espaço dedicado ao fomento de ações, à divulgação de boas práticas e ao acompanhamento de indicadores relacionados à situação da Primeira Infância na Paraíba.

São parceiros, ainda, dessa iniciativa a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Instituto Rui Barbosa, a Câmara dos Deputados, o Governo Estadual, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, as Defensorias Públicas da União e do Estado, a Federação das Associações dos Municípios Paraibanos (Famup), a Unicef, o Instituto Federal da Paraíba, as Universidades Federal (UFPB), Estadual (UEPB) e de Campina Grande (UFCG), o Sebrae, a Faepa/Senar, a Federação das Indústrias da Paraíba e a Fecomércio.

A programação encerrou, pela manhã, com uma palestra do conselheiro Edilberto Pontes Lima, presidente do Instituto Rui Barbosa - IRB. Ele abordou sobre a importância da primeira infância e o papel das políticas públicas. Ainda pontuou

a ação dos tribunais de contas como indutores dessas políticas, que podem mudar a vida das crianças. No tema, busca-se investir na fase mais importante para a formação intelectual do cidadão, que é na primeira infância, nessa idade de zero a seis anos. Ele falou ainda de experiências e exemplo de boas práticas. "O papel do TCE é facilitar na execução do orçamento, avaliar a efetividade e sensibilizar a sociedade.

Composição - Compuseram a mesa dos trabalhos o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, o governador João Azevedo Lins, deputado Adriano Galdino (ALPB), desembargador Frederico Coutinho (TJPB), Deputados federais Rui Carneiro e Wilson Santiago, Alexsando do Nascimento Santos (MEC), Cícero Lucena (PMJP), Antônio Hortêncio Rocha Neto (MPPB), Desembargadora Herminegilda Leite Machado (TRT), Osvaldo Trigueiro do Vale (TRE), Lucas Ramalho de Araújo (AGU), procurador Rogério Sitônio (PRT), Defensora Maria Madalena Abrantes (DP).

Também os conselheiro Edilson de Sousa Silva (Atricon), Edilberto Carlos Pontes Lima (IRB) e André Carlo Torres Pontes (TCE-PB), vereador Dinho Dowsley (CMJP), secretário Wilson Filho (SEC), Ari Reis (Sec. Saúde), secretária Pollyanna Werton (Des Humano), George Coelho (Famup), Auditor Claudivan Silva Costa (TCU), advogado Harrison Targino (OAB), Imaculada Pietro (Unicef), Professor Célia Diniz (UEPB), professora Monica Nóbrega (UFPB), Camilo Allyson Simões de Farias (UFCG), Mari Roberta (IFPB) e Magno César Rossi (Sinditextil/PB- FIEP), Alberto Vieira de Atayde (FAEPA) e Neto Franca (Sebrae).

Na mesa de extensão estiveram presentes ainda o representante do arcebispo metropolitano de João Pessoa, Bispo auxiliar Don Alcivan Tadeu Gomes de Araújo, Leonardo Cardoso de Magalhaes (DPU), Fábio Brito Ferreira (PGE), conselheiros José Carlos Filizola (TCE-SE) e Edson Ferrari (TCE-GO), deputada estadual Francisca Mota, Leo Arno Richter (auditor TCE-RS), professora Adelaide Alves Dias (Rede Primeira Infância), Valeska Magalhães Ferreira (UVB), Soraya Galdino de Araújo Lucena (CSMS-PB), Nayra Cinthya de Morais Santos (CEGMAS-PB).

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, assistente virtual Alice, da Secretaria da Economia, já auxiliou mais de 12 mil pessoas e respondeu a cerca de 86 mil dúvidas sobre IPVA (Foto: Denis Marlon)

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a assistente virtual do IPVA, Alice, da Secretaria da Economia, já auxiliou mais de 12 mil pessoas e respondeu cerca de 86 mil dúvidas sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. O atendimento é feito via WhatsApp, pelo número (62) 99427-9777.

Diariamente, a assistente virtual Alice realiza, em média, 21 novos atendimentos e envia cerca de 149 respostas aos contribuintes.

"A ferramenta está disponível a qualquer hora, diretamente pelo celular, de forma rápida e ininterrupta. É mais uma forma de facilitar o acesso do contribuinte a informações e esclarecimentos sobre o IPVA", destaca o gerente do IPVA da Secretaria da Economia, Jorge Arêas.

Com uso de inteligência artificial, o chatbot interage a partir do contato do contribuinte que passa a ser guiado por um menu com diversas opções de atendimento. Depois, é só selecionar a opção desejada e seguir as instruções.

Dessa forma, o cidadão pode obter diversas informações, como orientações sobre como pagar o IPVA, em dia ou atrasado; compra e venda do veículo; benefícios fiscais; não incidência do IPVA; desconto da Nota Fiscal Goiana; processos; entre outros serviços.

Saiba mais

Goiás avança no Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos

Morador de Anápolis ganha R$ 50 mil no sorteio da Nota Goiana

Economia apresenta Balanço Geral ao TCE-GO

Fonte: Agência Cora Coralina de Notícias

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a assistente virtual do IPVA, Alice, da Secretaria da Economia, ja auxiliou mais de 12 mil pessoas e respondeu cerca de 86 mil duvidas sobre o Imposto sobre Propriedade de Veiculos Automotores. O atendimento e feito via WhatsApp, pelo numero (62) 99427-9777.

Diariamente, a assistente virtual Alice realiza, em media, 21 novos atendimentos e envia cerca de 149 respostas aos contribuintes.

"A ferramenta esta disponivel a qualquer hora, diretamente pelo celular, de forma rapida e ininterrupta. E mais uma forma de facilitar o acesso do contribuinte a informacoes e esclarecimentos sobre o IPVA", destaca o gerente do IPVA da Secretaria da Economia, Jorge Areas.

Com uso de inteligencia artificial, o chatbot interage a partir do contato do contribuinte que passa a ser guiado por um menu com diversas opcoes de atendimento. Depois, e so selecionar a opcao desejada e seguir as instrucoes.

Dessa forma, o cidadao pode obter diversas informacoes, como orientacoes sobre como pagar o IPVA, em dia ou atrasado; compra e venda do veiculo; beneficios fiscais; nao incidencia do IPVA; desconto da Nota Fiscal Goiana; processos; entre outros servicos.

Goias avanca no Programa de Apoio a Gestao dos Fiscos

Morador de Anapolis ganha R$ 50 mil no sorteio da Nota Goiana

Economia apresenta Balanco Geral ao TCE-GO

Fonte: Governo de Goias

Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas - OJORNALISMO

Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a assistente virtual do IPVA, Alice, da Secretaria da Economia, já auxiliou mais de 12 mil pessoas e respondeu cerca de 86 mil dúvidas sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores. O atendimento é feito via WhatsApp, pelo número (62) 99427-9777.

Diariamente, a assistente virtual Alice realiza, em média, 21 novos atendimentos e envia cerca de 149 respostas aos contribuintes.

"A ferramenta está disponível a qualquer hora, diretamente pelo celular, de forma rápida e ininterrupta. É mais uma forma de facilitar o acesso do contribuinte a informações e esclarecimentos sobre o IPVA", destaca o gerente do IPVA da Secretaria da Economia, Jorge Arêas.

Com uso de inteligência artificial, o chatbot interage a partir do contato do contribuinte que passa a ser guiado por um menu com diversas opções de atendimento. Depois, é só selecionar a opção desejada e seguir as instruções.

Dessa forma, o cidadão pode obter diversas informações, como orientações sobre como pagar o IPVA, em dia ou atrasado; compra e venda do veículo; benefícios fiscais; não incidência do IPVA; desconto da Nota Fiscal Goiana; processos; entre outros serviços.

Saiba mais

Goiás avança no Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos

Morador de Anápolis ganha R$ 50 mil no sorteio da Nota Goiana

Economia apresenta Balanço Geral ao TCE-GO

O post Assistente virtual do IPVA já atendeu mais de 12 mil pessoas apareceu primeiro em Agência Cora Coralina de Notícias.

Fonte: Agência Cora